

FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira
: Fernando César Lima Leite
: Estevão Chaves de Rezende Martins
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
: Jorge Madeira Nogueira
: Lourdes Maria Bandeira
: Carlos José Souza de Alvarenga
: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
: Verônica Moreira Amado
: Rita de Cássia de Almeida Castro
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



UnB

Preparação e revisão : Denise Pimenta de Oliveira
: © 2018 Editora Universidade de Brasília
: Direitos exclusivos para esta edição:
: Editora Universidade de Brasília
: SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
: 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
: Telefone: (61) 3035-4200
: Site: www.editora.unb.br
: E-mail: contatoeditora@unb.br
: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
: poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem
: a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

F288 FE 50 anos : 1966-2016 : memória e registros da história da
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília / Lívia
Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar, Wivian Weller,
[organizadores]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2018.
420 p. : 21 cm.

ISBN 978-85-230-1215-1.

1. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação –
História. 2. Educação superior. 3. Pedagogia. 4. Educação –
História. I. Borges, Lívia Freitas Fonseca (org.). II. Villar, José
Luiz (org.). III. Weller, Wivian (org.).

CDU 378(81)(09)

SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
Lívia Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar e Wivian Weller
- 17** **Prefácio**
Lady Lina Traldi
- 23** **Faculdade de Educação, célula *mater*
da Universidade de Brasília**
Maria Zélia Borba Rocha e José Luiz Villar
- 91** **Departamento de Métodos e Técnicas (MTC):
percursos, memórias e identidade**
Antonio Fávero Sobrinho
- 143** **Departamento de Planejamento e Administração (PAD):
sua constituição na história da Faculdade de Educação**
Ana Maria de Albuquerque Moreira e
Carmenísia Jacobina Aires
- 177** **Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF):
para compreender a dimensão social, política
e ética do conhecimento em educação**
Leila Chalub Martins
- 229** **Mudanças curriculares no curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**
Lívia Freitas Fonseca Borges e Liliane Campos Machado

- 259** **Origens do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação**
Regina Vinhaes Gracindo e Jacques Velloso
- 271** **Programa de Pós-Graduação em Educação: formação, pesquisa e produção do conhecimento**
Maria Abádia da Silva e Kátia Augusta C. P. Cordeiro da Silva
- 291** **Mestrado profissional: uma conquista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação**
Bernardo Kipnis e Olgamir Francisco de Carvalho
- 299** **Extensão universitária nos 50 anos da Faculdade de Educação**
Iracilda Pimentel Carvalho (Org.), Erlando da Silva Rêses, Maria Luiza Pinho Pereira, Renato Hilário dos Reis, Claudia Dansa, Maria da Conceição da Silva Freitas e Joice Marielle da Costa Moreira
- 367** **A Educação a Distância na Faculdade de Educação**
Raquel de Almeida Moraes (Org.), Grupo Ctar, Erlando da Silva Rêses e Lúcio França Teles
- 413** **Anexo: Fôlder do Seminário FE 50 anos (12 de abril de 2016)**
- 415** **Sobre os autores**

Mestrado profissional: uma conquista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação

Bernardo Kipnis e Olgamir Francisco de Carvalho

Introdução

A questão do mestrado profissional entrou para a agenda brasileira de políticas de formação em nível de pós-graduação em 1995, com sua regulamentação pela Capes, a partir da Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. No entanto, trata-se de um tema que já vinha sendo discutido anteriormente, podendo-se encontrar abertura para o debate desde a apresentação do Parecer nº 977/1965 do Conselho Federal de Educação, que definiu e fixou as características dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil.

Já naquele momento, podia-se identificar dois tipos de mestrado, a partir de seus objetivos centrais. Um, mais voltado para a realização de estudos avançados em uma disciplina específica, sem preocupação com aplicações, equivalente à nomenclatura norte-americana de Masters of Arts (MA) e Master of Sciences (MS). O outro tipo seria voltado para a aplicação dos conhecimentos associados a finalidades profissionais, correspondente, por exemplo, à nomenclatura de Master of Business Administration, Master of Arts in Education e Master of Engineering.

Apesar dessa possível diferenciação, a evolução da pós-graduação no Brasil acabou privilegiando a criação de cursos de

mestrado caracterizados como o primeiro degrau para a qualificação acadêmica necessária à carreira universitária, excluindo a vertente da formação profissional, admitindo-se o pressuposto de que uma formação acadêmica com elevada qualificação conduziria também a uma atuação de alto nível nas áreas profissionais, institutos tecnológicos e departamentos de P&D de empresas. O que se vê desde a década de 1990 é o questionamento desse pressuposto e a tentativa de regulamentação mais efetiva da distinção entre esses dois tipos de mestrado.

Como se pode perceber, os mestrados profissionais no Brasil são experiências educacionais muito recentes e, por isso, ainda há lacunas no conhecimento sobre o que constituem seus projetos, práticas pedagógicas, avaliação, além de outras questões específicas que justificam a ampliação da pesquisa e do debate sobre eles.

Na Universidade de Brasília, o curso de mestrado profissional em Educação da FE foi homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1.364, de 29 de setembro de 2009) com foco em políticas públicas e gestão da educação e se constitui no terceiro curso mais antigo do país. Em julho de 2014, o colegiado da pós-graduação decidiu pela criação de um novo Programa de Pós-Graduação, na modalidade profissional, ao qual está vinculado o mestrado profissional.

Situação dos mestrados profissionais em Educação – 2010/2014

Esses breves comentários sobre a situação dos mestrados profissionais na área da Educação tem por base um levantamento feito junto aos coordenadores de cursos, no período entre 2010 e 2014, buscando captar sua organização, propostas, formato de trabalho

final e também dificuldades enfrentadas, aspectos que podem melhor descrever como a área vem aderindo e entendendo essa modalidade. A seguir são apresentadas algumas conclusões.

Sem dúvida houve uma forte expansão em um período curto de cinco anos, partindo de dois cursos em 2010 e chegando a 26 cursos em 2014, de forma que há elevada concentração desses cursos em universidades federais e estaduais, principalmente nos estados de SP, MG, BA e RS. Para o atendimento ao público-alvo, predomina a formação de professores e profissionais da educação básica, principalmente para atender o sistema escolar público. Há apenas um curso voltado ao público da esfera federal e da rede de Educação Profissional Tecnológica (EPT) e outro para o público da escola do campo. Essa orientação se deve, sobretudo, à indução da Capes, que direciona os mestrados profissionais em Educação para a formação de professores.

Em relação às *áreas de concentração*, há amplo predomínio da formação de professores e gestão da educação, com focos também em ensino-aprendizagem, currículo e práticas de ensino. Como diferenciação, alguns cursos focam em áreas menos tradicionais, como educomunicação; tecnologias e aplicações no ensino, avançando para a compreensão da relação com as redes sociais; e Educação do campo e Educação profissional e tecnológica.

A maior parte dos cursos não possui *financiamento* externo, sendo apoiados somente pela própria instituição. Os financiamentos, quando conseguidos, são provenientes de parcerias com secretarias de educação estaduais, municipais ou prefeituras. Dois cursos são apoiados por fundações de apoio estaduais e um pelo governo federal.

Embora alguns cursos mantenham somente a dissertação como modalidade de *trabalho final* para o mestrado profissional, a maior parte admite também projetos, geralmente de intervenção, e o desenvolvimento de produtos, como tecnologias e metodologias. Um caso específico associa um produto à elaboração da dissertação. Alguns admitem somente relatórios técnicos, projetos e análise de situação prática e planos de ação. É importante ressaltar que essas são apenas intenções existentes nas propostas aprovadas dos cursos. Resta avaliar, mais adiante, como na prática os trabalhos realmente se organizaram. Uma hipótese é a dificuldade em se afastar do modelo de dissertação.

Na perspectiva do *impacto*, prevalece a qualificação dos professores e profissionais da educação das redes de ensino, principalmente a pública. A inserção local e regional também é valorizada. Busca-se, também, elevar a pesquisa na área do curso e no desenvolvimento de produtos com impacto institucional e local.

As *dificuldades* apontadas pelos coordenadores embasam problemas que surgem e precisam ser enfrentados. Por exemplo, a falta de financiamento externo e de bolsas para os cursistas, conforme sinalizado pela Capes, é apontada por 68% dos cursos. Outras questões levantadas são a falta de infraestrutura e apoio de secretaria, o baixo *status* atribuído ao curso pela pós-graduação acadêmica, a necessidade de maior clareza sobre o que seja o mestrado profissional e também sobre pesquisa aplicada para a área, o tempo de dedicação ao curso pelo aluno com formação em serviço e as dificuldades jurídicas na interpretação do possível financiamento externo e da reserva de vagas, em função da gratuidade e universalidade do *stricto sensu*.

Essas conclusões sugerem alguns pontos que devem ser discutidos e mais bem definidos para o futuro:

- a) natureza do mestrado profissional para a área de educação;
- b) tipo de trabalho final exigido e avaliação trienal pela área;
- c) financiamento e bolsas e sustentabilidade no longo prazo;
- d) existência de um marco normativo que permita promover o financiamento externo que não necessariamente caracterize o curso como ensino público pago individualmente, mas represente o investimento de uma organização, pública ou privada, interessada no desenvolvimento, em nível de pós-graduação, de seus profissionais;
- e) diversidade das áreas de concentração e do público-alvo a ser atingido;
- f) critérios diferenciados de avaliação trienal – debate já existente no Fórum Nacional de Mestrados Profissionais.

O Programa de Pós-Graduação em Educação/modalidade profissional da FE/UnB

A oferta do curso de mestrado profissional em Educação da UnB busca capacitar profissionais para uma prática avançada e transformadora, com foco em atividades técnico-científicas e de inovação, por meio de procedimentos e processos aplicados.

Embora o PPGE-MP tenha sido criado apenas em 2014, o curso de mestrado profissional já havia sido criado formalmente em 2010, no âmbito da área de concentração de Políticas públicas e gestão da educação do PPGE – modalidade acadêmica. Cabe ressaltar que a

primeira iniciativa de criação do referido curso é de 2006, quando é criada a linha de pesquisa em Educação profissional e tecnológica, que, numa parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, busca criar o mestrado profissional. Entretanto, a área de Educação no Brasil à época não permitia a abertura dos referidos cursos e, por isso, ele foi instituído como uma experiência pedagógica, denominada Projeto gestor, mas ele se constituiu efetivamente no embrião do atual modelo de mestrado profissional.

O PPGE-MP hoje é constituído pelo curso de mestrado profissional em Educação, com duas áreas de concentração: Gestão e políticas de sistemas educacionais (GPSE) e Políticas públicas e gestão da Educação profissional e tecnológica (PPGEPT), sendo que, até agora, foram realizados dois editais de seleção pública para ingresso no curso no segundo semestre de 2011 e de 2013, em ambas as áreas de concentração. Houve um total de 43 alunos concluintes da primeira turma e de 39 alunos na segunda turma, perfazendo um total de 82 alunos concluintes.

Na área de concentração GPSE, o público-alvo era formado por servidores do Ministério da Educação vinculados às áreas do SAA, FNDE e Inep. O público-alvo da área PPGEPT era constituído, por sua vez, de alunos da Setec/MEC, mas, sobretudo, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da rede federal, de diversas unidades da federação.

Para um programa novo, é fundamental estabelecer sua identidade e definir suas orientações em consonância com os princípios normativos estabelecidos, mas também em sintonia com o avanço técnico-científico da área.

Uma questão relevante para compreender a especificidade do mestrado profissional diz respeito aos critérios para o seu acompanhamento e avaliação, incluindo, entre outras ações, articulação do curso com o ambiente profissional e social no qual o aluno está inserido e o caráter da produção de seus alunos, tanto ao longo do curso quanto após a conclusão.

Assim, o MP tem como objetos de estudo as práticas profissionais e sociais, a realização de intervenções profissionais e sociais baseadas em pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e produtos técnicos fundamentados cientificamente, culturalmente, socialmente, politicamente, etc. Por isso, tem sua natureza evidenciada sobretudo no Trabalho Final de Curso: uma dissertação que, além do desenvolvimento acadêmico e científico, exige também uma contribuição técnica, isto é, uma proposta de intervenção na realidade.

Cabe ressaltar ainda que o mestrado profissional concede aos alunos concluintes direitos idênticos aos concedidos pelo mestrado acadêmico quanto ao grau do diploma, carreira docente, ingresso em cursos de doutorado, validade nacional do diploma, condicionados ao reconhecimento prévio do curso pela Capes.

O PPGE-MP busca também uma gestão acadêmico-administrativa moderna com a criação do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga-MP), que possibilita o acesso, interação e gestão de informações, processos e resultados. Além disso, busca consolidar e expandir as parcerias nacionais com Setec/SAA/MEC, Institutos Federais e, recentemente, Senai nacional e Instituto de Ciências Policiais do DF, além das parcerias internacionais que estão sendo estabelecidas com a Universidade Laval do Canadá e a Universidade de Barcelona, na Espanha.

Por fim, cumpre destacar que o Programa tem um conjunto de metas em seu plano estratégico de curto, médio e longo prazos, dentre as quais a produção de diversas publicações eletrônicas. Para 2016, está sendo produzido um *e-book* sobre a produção acadêmica em Educação profissional e tecnológica desenvolvida desde o Projeto gestor. Cabe ressaltar que, com o avanço dos mestrados profissionais, almeja-se a criação, no futuro, do curso de doutorado profissional; essa foi, inclusive, a motivação para a constituição de um novo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Compõem a equipe gestora do PPGE-MP os professores Olgamir Francisco de Carvalho – coordenadora do Programa; José Vieira de Sousa – apoio técnico-pedagógico da área GPSE; e Remi Castioni – apoio técnico-pedagógico da área PPGEPT. Compõem o quadro de professores permanentes credenciados ao Programa, além da equipe gestora: Maria Abadia da Silva, Albertina Mitjans Martinez, Bernardo Kipnis, Cristina Almeida de Carvalho, Erlando da Silva Reses, Girlene Ribeiro de Jesus e Renísia Cristina Garcia, todos, exceto a última, também credenciados ao PPGE – modalidade acadêmica.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Portaria MEC nº 1.364, de 29 de setembro de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 set. 2011. Seção 1, p. 40.

As discussões em torno da educação superior e, em particular, das Faculdades de Educação vêm ganhando relevo no cenário das pesquisas educacionais em função da consciência cada vez mais alargada na sociedade sobre a importância da educação para o desenvolvimento e para a construção da cidadania. A aprovação de dois Planos Nacionais de Educação, a partir de 2001, permitiu que as políticas educacionais em curso se instituísem como políticas de Estado, nas quais a importância da formação dos profissionais da educação, função primordial das Faculdades de Educação, adquiriu condição especial.

A presente obra aborda a história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, concebida como unidade acadêmica que visava a superação dos então existentes Departamentos de Educação no interior das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas das universidades. Apresenta a proposta de constituição da Faculdade como célula *mater* da Universidade e remonta à elaboração do projeto e sua implementação a partir de 1966. Destaca os desafios próprios de uma instituição universitária que enfrentou, logo em seus primeiros anos de vida, as dificuldades impostas pelo regime de exceção que se instalou a partir de 1964. Como uma coletânea de textos de professores-pesquisadores dessa unidade, a obra trata de todas as áreas de atuação, relatando minuciosamente a história, a estrutura e a dinâmica de funcionamento de sua gestão, de seus departamentos, do ensino de graduação e pós-graduação, das atividades de extensão e da educação a distância.

Erasto Fortes Mendonça

Professor aposentado e ex-diretor da
Faculdade de Educação da UnB